



Universidades Lusíada

Fernandes, Ricardo Cabral

Coreia do Norte : uma ameaça real?

<http://hdl.handle.net/11067/734>

<https://doi.org/10.34628/rsp4-cq81>

Metadados

Data de Publicação	2013
Resumo	Neste artigo abordar-se-á o caso da proliferação nuclear pela República Democrática Popular da Coreia (RDPC), nomeadamente os riscos inerentes, e a forma como foi, e é, utilizada pelo regime, em prol da sua sobrevivência e do retirar dividendos às grandes potências. Terminará com a demonstração de como a última crise na Península da Coreia foi utilizada para tal. Demonstrar-se-á ao longo do artigo que independentemente dos interesses dos vários actores regionais e, por vezes das suas declarações...
Palavras Chave	Não-proliferação nuclear - Coreia (Norte)
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 09 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:23:16Z com informação proveniente do Repositório

COREIA DO NORTE: UMA AMEAÇA REAL?

Ricardo Cabral Fernandes
rcabralfernandes@gmail.com

Resumo: Neste artigo abordar-se-á o caso da proliferação nuclear pela República Democrática Popular da Coreia (RDPC), nomeadamente os riscos inerentes, e a forma como foi, e é, utilizada pelo regime, em prol da sua sobrevivência e do retirar dividendos às grandes potências. Terminará com a demonstração de como a última crise na Península da Coreia foi utilizada para tal. Demonstrar-se-á ao longo do artigo que independentemente dos interesses dos vários actores regionais e, por vezes das suas declarações, todos têm em comum a preferência pela estabilidade e manutenção do regime de Kim Jong-Un face a qualquer tipo de acção militar ou desintegração do mesmo.

Palavras-chave: Proliferação / Nuclear / Legitimidade / Dilema de segurança / Realismo / Terrorismo / Sucessão.

Abstract: In this article we will discuss the nuclear proliferation issue in the Democratic People's Republic of Korea (DPRK), specifically its inherent risks and the way in which it was, and still is, being used by the regime in favor of its own survival and unwillingness to pay its dues to the great powers. It will conclude with the demonstration of the aforementioned effects of this last crisis in the Korean Peninsula. Throughout the article, it will be shown that, regardless of the interests of several regional players, and their statements at times, everyone shares the same commitment to stability and the prolonging of Kim Jong-Un's regime instead of any kind of military action or its own collapse.

Key-words: Proliferation / Nuclear / Legitimacy / Security dilemma / Realism / Terrorism / Succession.

A Ásia-Pacífico tornou-se, oficialmente, com as palavras de Hillary Clinton, Secretária de Estado de Barack Obama no primeiro mandato, no seu artigo *America's Pacific Century* publicado na *Foreign Affairs*, o principal palco da geopolítica mundial na perspectiva norte-americana, em detrimento da Europa. A última crise na Península da Coreia veio demonstrá-lo mais uma vez. O estatuto do Médio Oriente como região fulcral na política externa norte-americana, que marcou as duas administrações Bush (filho), deslocou-se gradualmente, a partir de 2007, para a Ásia-Pacífico como se observa com o crescente aumento do dispositivo naval norte-americano, o maior desde a II Guerra mundial. Esta mudança na política externa norte-americana tem como intuito controlar e moldar a ascensão da China. Dito isto, com a crescente importância da Ásia-Pacífico nas relações internacionais a nuclearização da Península da Coreia torna-se, por inerência, ainda mais importante.

Nos últimos anos tem-se assistido na região a uma “corrida aos armamentos”, de tal forma que é onde se concentram os maiores produtores/compradores de armamento bem como os principais problemas de proliferação de Armas de Destruição Maciça (ADMs) para a comunidade internacional. É uma região de possível conflito onde se disputará, inicialmente, a hegemonia norte-americana.

1. Antecedentes

A Península da Coreia fez parte do Império Nipónico a partir de 1910. Em 1945 com o fim da 2ª Guerra Mundial e a vitória dos Aliados, o Japão perdeu todas as suas colónias. Ficou aberto o caminho para a independência.

O Exército Vermelho abriu caminho, pela Coreia, até ao paralelo 38, onde encontrou forças americanas que tinham desembarcado pouco tempo antes, com o intuito de prepararem uma futura invasão às principais ilhas japonesas.

Não foi feito qualquer acordo sobre quem governaria a Coreia. No entanto, as tropas americanas e soviéticas retiraram-se da península em 1948 e 1949, respectivamente. Criaram-se dois Estados coreanos soberanos, separados pelo paralelo 38, que reivindicavam ser o legítimo governo da Coreia: no sul a República da Coreia, conhecida por Coreia do Sul, apoiada pelos EUA; no norte a República Democrática Popular da Coreia (RDPC), geralmente apelidada de

Coreia do Norte (CN), por sua vez apoiada pela União Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Península Coreana tornou-se parte do sistema bipolar da Guerra Fria (1947-91) entre os EUA e a URSS.

Em 1950 deu-se a invasão do sul pela Coreia do Norte (CN). Foi um flagrante delito contra todas as disposições da Organização das Nações Unidas (ONU) desafiando assim toda a estrutura de segurança colectiva do pós-guerra. Não podia permanecer impune. Os Estados Unidos da América (EUA) acorreram em defesa da Coreia do Sul mas apenas sob autoridade da ONU, o que conseguiram por duas razões: primeiro, estava um exército americano situado na região, nomeadamente no Japão ocupado; *segundo*, a URSS tinha abandonado temporariamente o Conselho de Segurança (CS) da ONU em protesto contra a recusa da organização aceitar os comunistas chineses como tendo direito a representar a China no CS¹.

Os norte-coreanos contaram com apoio chinês e soviético durante a guerra. Esta terminou em 1953, com a assinatura de um armistício, sem que nenhum dos lados obtivesse uma clara vitória. Permanecem teoricamente em guerra desde há 63 anos. A guerra devastou a península e causou quase 40 mil mortos americanos; 600 mil mortos chineses e dois milhões de mortos coreanos, civis e militares.

Após a Guerra da Coreia, os norte-coreanos viram-se confrontados com a concentração de um corpo expedicionário americano equipado com armas atómicas na Coreia do Sul - que só será retirado em 1992, por ordem do Presidente Bush (pai). Sentiram-se ameaçados e, portanto, decidiram-se pela aventura atómica em 1956, em nome da legítima defesa. Assinaram então dois acordos de assistência científica com a URSS em 1956 e 1959. Os soviéticos preferiram suportar os custos da ajuda económica e militar a Pyongyang do que permitirem um declínio económico-militar norte-coreano face à Coreia do Sul, que poderia ter como consequência futura uma invasão por Seul e Washington. Em contrapartida, os norte-coreanos foram obrigados a submeterem-se aos desejos soviéticos relativos ao seu programa nuclear, ou seja, foram obrigados a congelá-lo indefinidamente (Magalhães, 2013).

Pyongyang desde a sua fundação, que mantinha grande proximidade com a República Popular da China (RPC), e em 1961 foi formalizada uma aliança de facto, através do *Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua*, que previa o auxílio mútuo entre os dois países.

Na década de 80, a URSS dispôs-se a auxiliar a Coreia do Norte na construção de uma central nuclear de 1760 megawatts eléctricos, capaz de produzir energia eléctrica, como contrapartida para os norte-coreanos abandonarem o desejo de reiniciar o seu programa nuclear - tal como os EUA

¹ O responsável pela política externa soviética, Andrei Gromyko, desejava que a URSS voltasse a ocupar o seu lugar, e consequente poder de veto, no Conselho de Segurança das Nações Unidas para poder evitar a participação da Organização na Coreia sob liderança norte-americana. Mas Estaline não o permitiu com o intuito dessa mesma intervenção vir a enfraquecer a posição dos EUA no mundo (Gaspar, 2013).

fizeram com a Coreia do Sul na década de 70. Mas com a aproximação da URSS, em paralelo com a China, à Coreia do Sul e, por fim, da incapacidade do Kremlin manter a sua posição no sistema internacional bipolar com a queda do Muro de Berlim em 1989, Pyongyang ficou receosa quanto ao desejo e capacidade de Moscovo garantir a sua defesa (Magalhães, 2006).

Mas em 1991, com a implosão da URSS e a perda de um aliado fundamental que lhe fornecia um “chapéu nuclear”, Pyongyang viu-se perante a escolha de dois caminhos distintos: promover a abertura económica ou permanecer fechada como forma de preservar o seu regime político, entenda-se, através do desenvolvimento de armamento nuclear (Magalhães, 2006).

Com a vitória do bloco ocidental perante o comunista a comunidade internacional esperava o colapso do país e a conseqüente reunificação da Península da Coreia. O regime norte-coreano desejava sobreviver a todo o custo e temia que as potências estrangeiras, nomeadamente os EUA, invadissem ou apoiassem uma revolta contra si. Para o evitar decidiram-se pelo caminho nuclear. Construíram-se três reactores de 650 megawatts e um reactor de investigação.

Como pode um país, tão pobre e isolado na comunidade internacional, prosseguir com um programa nuclear, quando países desenvolvidos não o fazem? Os norte-coreanos possuem forças armadas na ordem de 1 milhão de homens (30 divisões activas e 60 na reserva), 3 mil carros de combate, 8 mil peças de artilharia, 500 aviões de combate, 20 submarinos e 300 navios de guerra. No entanto, as capacidades operacionais das forças convencionais norte-coreanas têm-se vindo a debilitar gradualmente, ao contrário das forças sul-coreanas e norte-americanas que se têm vindo a modernizar (Gompert, 2013).

Para ter todas estas forças, o regime totalitário da Coreia do Norte criou condições de miséria para o seu povo, que no passado fizeram entre 600 mil e um milhão de mortes (Magalhães, 2013). O seu PIB ronda apenas os 28 biliões de dólares americanos. O PIB *per capita* é de 1800 dólares americanos com uma população de 24,5 milhões². O objectivo era ter a bomba, independentemente de como o alcançar. No entanto, tornou-se insustentável para o regime manter estas forças armadas. A bomba atómica reduz custos e consegue os mesmos resultados: a inviolabilidade do território nacional. Era a solução óbvia.

Em 1994, Kim Jong-Il foi abordado por Abdul Qadeer Khan, pai da bomba atómica paquistanesa, para investir numa técnica de desenvolvimento nuclear mais barata: o enriquecimento de urânio em centrifugadoras. O ditador aceitou.

A Coreia do Norte assinou inúmeros acordos sobre a desnuclearização, que foram:

Adesão ao Tratado de Não-Proliferação a 12 de Dezembro de 1985.

Acordo de Desnuclearização da Península Coreana de Dezembro de 1991 entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul.

² Estimativa de 2012 para a população e de 2011 para o PIB e PIB *per capita*. Central Intelligence Agency, “North Korea”, The World Factbook//www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kn.html.

Acordo de Salvaguarda entre a Coreia do Norte e a AIEA, em Abril de 1992, como exigia o TNP, que obrigava a CN a declarar todos os aspectos do seu programa nuclear à AIEA e a permitir à agência, a fiscalização das suas instalações nucleares (Lemos, 2006).

Agreed Framework de Outubro de 1994, entre a CN e os EUA. Os EUA comprometiam-se a providenciar à CN um pacote com benefícios nucleares, energéticos, económicos e diplomáticos, e em troca a CN não desenvolvia o seu programa nuclear (Lemos, 2006).

Six Party Talks compostas por quase 5 rondas. Seis Estados: China, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte e EUA.

1ª Ronda em Agosto de 2003, em Pequim. Não produziu resultados concretos além de todos os seis Estados confirmarem a sua vontade em continuar com as negociações diplomáticas, num futuro próximo.

2ª Ronda em Fevereiro de 2004, em Pequim. Os EUA consideraram os resultados desta ronda como positivos. Foi anunciada a intenção de prosseguir com uma terceira ronda e de se criar um Grupo de Trabalho que mantivesse contactos entre as rondas negociais.

3ª Ronda em Junho de 2004, em Pequim. Os governos de Washington e de Pyongyang encetaram negociações directas sobre as sanções económicas norte-americanas e sobre a inclusão da Coreia do Norte na lista de países apoiantes do terrorismo. As restantes partes manifestaram vontade em fornecer assistência humanitária à Coreia do Norte, se esta desmantelasse os seus programas nucleares. Apesar de terem manifestado interesse numa 4ª ronda negocial, os norte-coreanos fizeram declarações provocatórias que puseram em risco as negociações.

4ª Ronda de Julho a Setembro de 2005. Desta ronda resultou a Declaração Conjunta de 19 de Setembro de 2005, que reafirmava o objectivo da desnuclearização completa, pacífica e verificável da Coreia do Norte. Esta comprometia-se, pela primeira vez, a renunciar às armas nucleares e aos seus programas nucleares em desenvolvimento, assim como a regressar brevemente ao TNP e ao acordo de salvaguarda da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA).

5ª Ronda que deveria ter ocorrido a Novembro de 2005 em Pequim serviria para se discutirem as questões chave da Declaração, além de aspectos concretos da cooperação económica e de assistência energética à CN. A CN boicotou as negociações após 25 meses de sérias negociações com avanços e recuos (Lemos, 2006).

Em 2001 com a invasão do Afeganistão, após o 11 de Setembro, e a invasão do Iraque em 2003, Kim Jong-Il percebe que os EUA são incapazes de “correr atrás de duas lebres ao mesmo tempo”. Ou seja, não conseguem, em simultâneo, travar dois confrontos no Médio Oriente e um terceiro na Ásia. Portanto, tinha

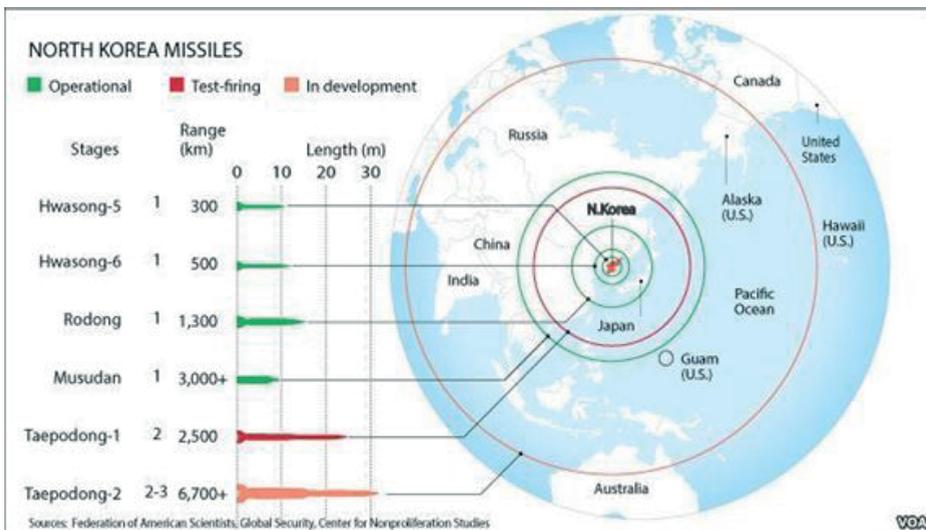
o caminho livre para perseguir o objectivo de tornar o seu país numa potência nuclear. Sabendo disto, Pyongyang anunciou em Janeiro de 2003 a saída do Tratado de Não-Proliferação.

A 9 de Outubro de 2006 a CN confirmou, perante o mundo, possuir armas nucleares ao realizar o seu primeiro teste nuclear e após ter realizado no mês de Julho do mesmo ano, um suposto lançamento de vários mísseis, inclusive de um míssil de longo alcance, o *Taepong-2* (Magalhães, 2013). O Conselho de Segurança responde com a Resolução 1718, que aprova e exige, respectivamente, um conjunto de sanções e a eliminação de todas as suas armas de destruição maciça e mísseis balísticos a Pyongyang.

Desde essa época que ocorreram inúmeras crises entre a Coreia do Norte e a comunidade internacional. Abordemos as dos anos mais recentes.

Entre 2009 e 2010 tiveram lugar várias crises:

Primeiro - Em Abril de 2009, Pyongyang lançou um suposto satélite, o Kwangmyeongseong-2, com o disparo do míssil *Unha-2*, além de ter declarado que não regressaria às *Six Party Talks*. As suas acções foram condenadas pelo CS (Magalhães, 2013).



Fontes: Federation of American Scientists. Global Security for Nonproliferation Studies.³

Segundo - A 25 de Maio de 2009 o regime de Kim Jong-Il efectuou um segundo teste nuclear, sendo condenado pelo CS através da Resolução 1874 de Junho de 2009. Foram endurecidas as sanções contra o infractor.

Terceiro - Em Março de 2010 deu-se um incidente com o alegado afundamento da corveta sul-coreana *Cheonan* por Pyongyang causando a morte a 46 marinheiros sul coreanos.

³ Disponível em <http://www.blogcariri.com/2013/04/afinal-qual-e-o-real-poder-de-alcance.html>

Quarto - Em Novembro do mesmo ano, o Norte bombardeou território sul coreano, especificamente *Yeonpyeong*, causando a morte a dois militares e dois civis, além de ter anunciado a existência de instalações de enriquecimento de urânio.

Quinto - Em Dezembro seguinte a Coreia do Sul respondeu com exercícios militares considerados provocatórios pela CN (Magalhães, 2011), que causaram um elevado grau de instabilidade na península.

As crises têm a característica de serem cíclicas, consoante a necessidade, interna ou internacional, do regime totalitário. Pressupõe-se também que as crises acima referidas, além de se inserirem na estratégia norte-coreana dos últimos 20 anos para obterem concessões das maiores potências, tiveram como finalidade promover e preparar Kim Jong-Un, para futuro líder da Coreia do Norte.

2. A proliferação nuclear

No início do século XXI existiam quatro perigos à segurança nuclear: Líbia, Iraque, Irão e a Republica Popular da Coreia. Todos considerados "*rogue states*", designação criada por Bill Clinton para Estados que reprimem o seu povo, que ameaçam vizinhos, que violam tratados internacionais e rejeitam e/ou combatem os valores das democracias ocidentais (Reis Rodrigues, 2007). A Líbia de Gaddafi desapareceu em consequência das Primaveras Árabes e consequente intervenção da NATO. Saddam foi deposto em 2003, com a invasão norte-americana e as suas "*coligações da vontade*". Provavelmente estariam vivos se possuíssem armas nucleares. Nos dias de hoje apenas restam o Irão e a Coreia do Norte, como Estados de alto risco para a paz e segurança internacionais.

O desrespeito das regras internacionais do regime de não-proliferação, por parte destes países, é constante. Faz a regra, não a excepção.

Perante os receios da proliferação nuclear se conciliar com os considerados "*rogue states*", foi elaborada uma Estratégia Nacional para o Combate às Armas de Destruição Maciça pelos EUA em 2002, que veio a ser considerada "*a*" estratégia para combater a proliferação nuclear. Esta estratégia possui três pilares:

- 1) A *Não-Proliferação* -> baseia-se na prevenção, utilizando a diplomacia, acordos internacionais, controlo de armamentos e de exportações de tecnologia e materiais sensíveis, etc;
- 2) A *Contra-Proliferação* -> tem como finalidade conter e deter a proliferação para regimes instáveis e organizações terroristas;
- 3) A *Gestão das Consequências* -> gestão da crise após o uso de armas de destruição maciça (Reis Rodrigues, 2007).

Com a proliferação de armas nucleares, os equilíbrios regionais e o respeito em vigor entre os Estados, considerados potências nucleares, estarão em causa

se o Irão e a Coreia do Norte continuarem a desenvolver, com sucesso, os seus programas nucleares. A nuclearização de tais potências, consideradas como ameaças internacionais, poderá provocar uma corrida armamentista nuclear nas respectivas regiões e por consequência criar uma desestabilização do Sistema Internacional.

Os Estados Unidos, enquanto potência hegemónica, têm um papel muito importante, além de capacidades, para garantir a segurança, estabilidade e paz no Sistema Internacional. No entanto, as guerras no Afeganistão e Iraque e a crise económico-financeira de 2008 desgastaram a potência hegemónica, ao ponto desta ter de proceder a cortes no seu orçamento de defesa, em cerca de 43%.

Quanto à posição da proliferação de armas nucleares existem duas perspectivas:

A *perspectiva optimista* -> acredita que a proliferação pode ser benéfica pois os Estados estarão num nível idêntico quanto às capacidades militares, assegurando a Destruição Mútua Assegurada, logo evita-se a guerra. O Sistema Internacional torna-se, assim mais estável.

A *perspectiva pessimista* -> acredita que a proliferação é negativa, por poder causar uma guerra nuclear, regional ou mundial, despoletada por um Estado possuidor destas referidas armas nucleares, nomeadamente Estados párias, como o Irão e a Coreia do Norte, ou proliferadas para grupos terroristas (Lemos, 2006). Esta perspectiva considera que a dissuasão não será suficiente, pois não seria nem mútua, nem estável como a que existiu durante a Guerra Fria, entre os EUA e a URSS. Os Estados dependem apenas de si próprios para sobreviverem, ponderando as suas acções de forma racional calculando o *ratio* custos-benefícios, na prossecução dos seus interesses nacionais. Logicamente, a melhor forma de assegurarem a sua sobrevivência é através da obtenção de armas nucleares, além da posse das mesmas dar um peso geopolítico completamente diferente, caso não as possuíssem, ou seja, o seu peso na cena internacional é desproporcional quanto à sua verdadeira dimensão, como é o caso da Coreia do Norte. Com a retaliação nuclear evita-se um possível ataque convencional. É o chamado "*finite deterrence*", que se baseia nos danos que uma pequena potência pode causar a uma grande, ao atacar uma cidade ou centro vital, tornando desfavorável a racionalidade custos-benefícios de um ataque, pela grande potência (Reis Rodrigues, 2007). Segundo o Tratado de Não-Proliferação (TNP) apenas cinco Estados são reconhecidos enquanto potências nucleares (EUA, China, Rússia, França e Grã-Bretanha), havendo outros três possuidores de armamento nuclear (Israel, Índia e Paquistão) e ainda dois suspeitos de possuírem programas de desenvolvimento (Irão e Coreia do Norte).

A proliferação nuclear gira em torno dos Estados suspeitos. Existem várias questões que necessitam de resposta, tais como: serão os Estados racionais ou

estarão limitados por interesses militares ou religiosos? ; a situação económico-financeira é favorável? ; a segurança dos dispositivos é satisfatória? ; haverá possibilidade de instabilidade política, social e económica? ; entre outras.

Os Estados proliferadores podem dividir-se em duas categorias: visíveis e obscuros (Lemos, 2006).

Os Estados visíveis caracterizam-se pela assinatura do TNP, os cinco grandes, e pela realização de testes nucleares, Índia e Paquistão.

Os Estados obscuros caracterizam-se por desenvolverem programas nucleares sem respeitar o regime internacional da não proliferação, latente no TNP e na AIEA. Estados como a Coreia do Norte e Irão, actualmente.

Com o intuito de evitar possíveis ataques preventivos e preemptivos, os Estados obscuros aplicam medidas para que os restantes Estados não detectem os seus programas nucleares e, portanto, apressam ao máximo a obtenção dessas armas. O objectivo é, antes de mais, salvaguardar a sobrevivência e manutenção do próprio regime (Lemos, 2006).

No caso norte-coreano, é conhecido o uso de túneis para esconder armas não convencionais e os seus programas nuclear e de mísseis. É muito importante estar-se vigilante quanto ao programa de mísseis, pois são estes preferivelmente os transportadores das ogivas nucleares até ao alvo. Normalmente optam pelos sistemas de mísseis mais rudimentares, em vez dos tecnologicamente mais avançados, por causa da facilidade de desenvolver, do atraso tecnológico e dos custos. Existe assim o risco de disparos acidentais ou inadvertidos (Lemos, 2006).

A nuclearização da Coreia do Norte encerra dois perigos distintos: um a nível estatal e outro a nível subestatal. O primeiro baseia-se no aumento da insegurança na região devido ao dilema da segurança e à inerente nuclearização dos países por si ameaçados, como Coreia do Sul, Japão e Taiwan, podendo resultar em conflitos convencionais e/ou nucleares. Já o nível subestatal decorre dos problemas económico-financeiros de que a Coreia do Norte sofre, e que ao ter acesso a tecnologia nuclear, as suas elites podem sentir-se tentadas a proliferá-la tanto a Estados como a organizações terroristas com o objectivo de obter recompensas financeiras. Caso o regime venha a implodir no futuro, o risco de proliferação nuclear ainda é maior. A comunidade internacional vê-se assim obrigada a trabalhar em prol da manutenção do regime norte-coreano (Rato e Pires de Lima, 2008).

Quando as instalações nucleares norte-coreanas foram inspeccionadas, ficaram conhecidas as inseguranças quanto aos riscos de contaminação ambiental e a grave exposição dos trabalhadores à radiação. Dito isto, a par dos riscos militares também existem riscos ambientais e humanitários.

2.1. Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)

O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que entrou em vigor em 1970, é considerado o epicentro do regime internacional de não-proliferação. É importante abordar como se chegou a este tratado e quais as suas.

Duas iniciativas foram precursoras do TNP: o Plano Baruch e o Programa Átomos para a Paz.

O Plano Baruch surgiu nos finais da década de 40 quando os EUA se aperceberam o quanto a proliferação nuclear poria, no futuro a sua própria segurança em risco quando se elaboraram três estudos. Estes concordavam essencialmente em dois pontos: a) as armas nucleares dariam sempre vantagem ao agressor e b) não existia nenhuma defesa adequada face a esse armamento. O Plano sugeria a criação de uma entidade internacional capaz de controlar a energia atômica, ou seja, uma autoridade com competências de administração de todos os meios de produção de energia atômica. Esta autoridade seria a *Internacional Atomic Development Authority* (IADA). Como já se pôde perceber, o objectivo básico consistia em impedir que outros países viessem a ter acesso a materiais ou equipamentos com que pudessem construir armas nucleares, e caso o conseguissem então ficariam sob administração da autoridade internacional. Manter-se ia a supremacia nuclear norte-americana, evitando-se uma corrida armamentista. Os EUA desejavam também que às competências atrás referidas se acrescentasse a competência para impor sanções aos países que desrespeitassem o acordado, mas tal iria anular o poder soberano do recém-criado Conselho de Segurança da ONU e o direito de veto dos cinco membros permanentes.

A URSS sabia ser-lhe impossível abdicar do seu direito de veto e da obtenção de armas nucleares, mesmo que minimamente limitada perante uma autoridade internacional, que provavelmente agiria conforme os interesses norte-americanos. O Plano Baruch foi rejeitado por Moscovo em 1946, e em 1949 tornou-se numa potência nuclear.

A segunda iniciativa precursora do TNP foi o Programa Átomos para a Paz. Com o falhanço do Plano Baruch iniciou-se a corrida armamentista entre os EUA e a URSS. Os EUA chegaram, em 1952, à conclusão que a URSS teria nos próximos anos capacidade nuclear suficiente para levar a cabo um ataque nuclear capaz de destruir toda a capacidade industrial americana. Continuava a dar-se importância aos conceitos industriais que tinham marcado a II Guerra Mundial. O Presidente Eisenhower (1953-61) propôs então que as duas superpotências cedessem uma determinada quantidade de material nuclear para fins pacíficos que, por sua vez, ficariam à responsabilidade de uma agência internacional, a *Internacional Atomic Energy Agency* (AIEA) - criada depois em 1957 à margem desta iniciativa. Ora, com esta proposta os norte-americanos desejavam condicionar o aumento do arsenal nuclear soviético ao limitarem o seu *stock* de material nuclear que, por sua vez, impediria a posse de um suficiente número de armas nucleares, capazes de realizar um ataque surpresa devastador. As duas superpotências continuavam a possuir suficientes armas nucleares para garantirem capacidade de retaliação, ou seja, manteve-se a dissuasão nuclear. Assim, a proposta norte-americana veio a ser rejeitada pela URSS, Índia e França. Curiosamente, todos os países que na época ainda estavam ainda no início dos seus programas nucleares. Quanto à URSS, o país afirmou que a disseminação de tecnologia nuclear,

mesmo que para fins pacíficos, poderia culminar em proliferação nuclear com fins militares. Os restantes países também se objectaram quanto às competências da AIEA, na medida em que haveria uma ingerência nos seus programas nucleares. Competências como o tratamento de todas as actividades de guarda, reprocessamento de urânio ou mesmo a obrigação de impedir a conservação de quantidades elevadas de material nuclear seriam postas em risco (Reis Rodrigues, 2007).

As duas tentativas de limitação nuclear demonstraram a necessidade de um regime de não-proliferação que garantisse o estatuto das potências já nucleares e que viesse a impedir a emergência de futuras, com receio do mundo se tornar instável pois as superpotências perderiam o controlo dos seus blocos, visto possuir armas nuclear dar uma certa independência.

O TNP entrou em vigor em 1970, mas foi o resultado de décadas de negociações que tiveram início em 1958 com a proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês, Frank Aiken. Este receava que do aumento das potências nucleares resultassem novas tensões internacionais e ainda a impossibilidade de futuros desarmamentos. A proposta foi evoluindo ao longo das décadas da sua negociação, mas no fim foi alcançada uma base alargada de entendimento. As grandes potências (EUA, URSS, Reino Unido, França e China) garantiram a sua supremacia militar nuclear com o regime de não-proliferação com a contrapartida de procederem, no futuro, a negociações de desarmamento. Já as restantes potências garantiram a redução de futuros conflitos, entenda-se nucleares, o compromisso expresso pelas grandes potências, de futuras negociações de desarmamento e, por fim, obtiveram o direito inalienável de investigar, produzir e usar energia nuclear desde que para fins pacíficos. A China e a França apenas aderiram ao TNP em 1992, vinte e dois anos depois.

Quando se elabora um Tratado multilateral, principalmente sobre um assunto tão sensível como a não-proliferação nuclear, que toca nos interesses das grandes potências, não se consegue satisfazer a 100% todos os participantes. É preciso negociar, e tal implica fazer cedências na maioria dos casos. Dito isto, são algumas as críticas feitas ao TNP, principalmente aos artigos 4^o e 10^o, além da

4 **Art. 4^o, 1:** “Nothing in this Treaty shall be interpreted as affecting the inalienable right of all Parties to the Treaty to develop research, production and use of nuclear energy for peaceful purposes without discrimination and in conformity with Articles I and II of this Treaty”

Art. 4^o, 2: “All the Parties to the Treaty undertake to facilitate, and have the right to participate in, the fullest possible exchange of equipment, materials and scientific and technological information for the peaceful uses of nuclear energy. Parties to the Treaty in a position to do so shall also cooperate in contributing alone or together with other States or international organizations to the further development of the applications of nuclear energy for peaceful purposes, especially in the territories of non-nuclear-weapon States Party to the Treaty, with due consideration for the needs of the developing areas of the world.

5 **Art. 10^o, 1:** “Each Party shall in exercising its national sovereignty have the right to withdraw from the Treaty if it decides that extraordinary events, related to the subject matter of this Treaty, have jeopardized the supreme interests of its country. It shall give notices of such withdrawal to all other Parties to the Treaty and to the United Nations Security Council three months in advance.

inexistência de mecanismos de imposição das obrigações e, portanto, a aplicação de sanções para os prevaricadores.

As críticas ao artigo 4º, que estipula que todos os Estados membros têm o direito inalienável de investigar, produzir e usar energia nuclear desde que para fins pacíficos mas sem especificar como se deve obter o combustível nuclear para os reactores, permite assim o processo de desenvolvimento de enriquecimento de urânio ou de extracção de plutónio para “alimentar” o programa nuclear pacífico. Ora, estes processos técnicos estão relativamente próximos do fabrico de armas atómicas.

A outra grande crítica, como já referido, é ao artigo 10º, que permite que qualquer Estado aderente abandone o TNP se sentir que a sua participação prejudica os seus interesses nacionais, desde que avise com 3 meses de antecedência. Ora, a facilidade de saída de um Estado aderente põe em causa o próprio cerne do regime, pois o Estado deixa de ser responsável pelas violações enquanto ex-subscritor do TNP (Reis Rodrigues, 2007).

O artigo 10º poderá ser a maior fraqueza do TNP por permitir a simples saída e desresponsabilização dos Estados aderentes que assim o desejem, pondo em risco o regime de não-proliferação que vem a ser trabalhado e mantido, por tentativas falhadas e de sucesso, desde os finais da década de 40. A saída da Coreia do Norte, em 2003, e a conseqüente proliferação são disso exemplo.

Em suma, o próprio Tratado de Não-Proliferação encerra no seu texto tanto a manutenção da proliferação nuclear bem como a possibilidade de se descredibilizar por qualquer Estado-membro que perspetive ser-lhe mais favorável a renúncia do mesmo.

3. Actores:

3.1 República Democrática Popular da Coreia (RDPC)

3.1.1 Estratégia “ferocidade, fraqueza e loucura”

Desde o colapso da URSS que a RDPC adoptou uma estratégia apelidada por alguns especialistas em Relações Internacionais, como George Friedman, de “ferocidade, fraqueza e loucura” (Friedman, 2013). Tal estratégia funcionou e continua a funcionar de forma eficaz, na perspectiva do especialista.

Ferocidade -> os norte-coreanos posicionam-se como ferozes, ao parecer que possuem ou estão à beira de possuir armas nucleares.

Such notice shall include a statement of the extraordinary events it regards as having jeopardized its supreme interests”.

Art. 10º, 2: “Twenty-five years after the entry into force of the Treaty, a conference shall be convened to decide whether the Treaty shall continue in force indefinitely, or shall be extended for an additional fixed period or periods. This decision shall be taken by a majority of the Parties to the Treaty”.

No início, a sua ferocidade estava limitada ao armamento convencional e a um eventual bombardeamento de Seoul, com a localização de artilharia maciça ao longo do paralelo 38. O objectivo não era atacar mas sim mostrar que tinham essa capacidade e que poderiam causar danos elevados.

Para evitar futuras intervenções ou destabilização externa, os norte-coreanos decidiram-se pelo desenvolvimento de armas nucleares e mísseis.

Fraqueza -> fazem-se parecer fracos criando uma ideia de iminente colapso que inviabiliza qualquer intervenção estrangeira tendo em conta o cálculo racional custos-benefícios. Os norte-coreanos publicitaram a fraqueza da sua economia, nomeadamente a insegurança alimentar, de várias formas. Foi feito intencionalmente, mostrando apenas vislumbres da sua fraqueza. Com tais debilidades parece o regime que vai implodir a qualquer momento.

Loucura -> parecem “loucos” ao transmitirem a ideia de que se forem pressionados poderão atacar, independentemente dos riscos devastadores de tal acção, inclusive o suicídio. Dão-se a ameaças extravagantes e a desejar guerra, parecendo loucos. Por vezes afirmam a sua loucura através de incidentes, como o afundamento da corveta sul-coreana, sem razão aparente.

É como no poker, nunca se joga contra um louco, por ele ser totalmente imprevisível. Estas acções fazem parecer aos olhos do mundo que a Coreia do Norte não actua segundo padrões racionais e realistas quando é exactamente o contrário.

Parecer fraco e louco é relativamente fácil. Difícil é manter a aparência de feroz. Além de serem obrigados a aumentar constantemente a sua ferocidade, têm também de a aumentar sem demonstrarem demasiado poder que venha a pôr em causa a fraqueza e a loucura, logo uma possível intervenção estrangeira.

A estratégia «ferocidade, fraqueza e loucura» já demonstrou durante mais de duas décadas que é eficaz: preserva regimes; centra o país como actor principal no sistema internacional; retira grandes concessões, nomeadamente políticas e económicas, às grandes potências; impede ataques militares externos e aumenta o controlo do regime sob a população e, por fim, aumenta a popularidade do líder após a mudança deste (Magalhães, 2013). Países como o Irão estão já a ter como exemplo a estratégia norte-coreana.

A diplomacia, num sentido muito *lato*, é a arte das nações atingirem os seus fins sem recorrerem à guerra. É especialmente importante para as pequenas nações sobreviverem sem o recurso à força.

O paradoxo de parecer que, apesar de todos os cálculos racionais, os Estados estão dispostos a ir para a guerra, pode ser o pilar de a evitar. É o pilar da dissuasão.

De acordo com a estratégia norte-coreana identificam-se três fases:

- 1) Despoletar de crises;
- 2) Negociações;
- 3) Incumprimento, que por sua vez cria novas crises (Magalhães, 2011)

Pode constatar-se este comportamento em todas as crises recentes a partir do início da década de 90.

3.1.2 Sucessão e crise de liderança

Que tipo de regime existe na Coreia do Norte? Segundo Bryan Meyers, historiador americano, não se pode considerar a ditadura no país, como a última de cariz estalinista, mas sim como um regime que utiliza o ultranacionalismo racial (PÚBLICO, 07/04/2013). Enquanto a Coreia do Norte detém a superioridade moral da raça coreana, como o “cimento da legitimação do regime”, ao contrário da Coreia do Sul que permite a miscigenação. Esta versão de ultranacionalismo coreano tem raízes no nacionalismo japonês propagado na península, durante a ocupação colonial entre 1910 e 1945.

O especialista considera também que ao identificarmos o regime norte-coreano como comunista, poderemos sobrestimar a influência chinesa junto do mesmo e alimentar ilusões quanto à negociação da não-proliferação nuclear.

A Coreia do Norte desde a sua fundação até 1994, foi governada por Kim Il-Sung (avô), tendo-lhe sucedido o seu filho Kim Jong-Il (pai), que faleceu em Dezembro de 2011. Subiu ao “trono” o seu terceiro filho, Kim Jong-Un (neto).

A liderança do jovem Kim, que tem apenas 30 anos, é posta em causa: não tem credibilidade política e ao mesmo tempo está dependente de apoiantes ambíguos.

A sua falta de credibilidade assenta em cinco vertentes:

- 1) Na Coreia do Norte impera uma cultura confuciana que privilegia os elementos mais velhos da sociedade, o que o põe em cheque por ter apenas 30 anos e ter sido escolhido em detrimento de dois irmãos mais velhos, Kim Jong-nam e Kim Jong-chul respectivamente;
- 2) Um sistema político controlado por pessoas com uma larga experiência. Jong-Un não tem experiência política e militar, pois todas as suas credenciais foram fabricadas pelo seu pai;
- 3) A mãe de Kim Jong-Un nasceu no Japão, ainda que fosse “eticamente” coreana.
- 4) Estudou no estrangeiro, especificamente na universidade Liebefeld Steinhölzli, próxima de Berna, Suíça, o que o torna um “estranho” aos olhos da elite;
- 5) O regime norte-coreano de ideologia marxista-leninista tornou-se, de facto, numa monarquia (Magalhães, 2013) rompendo com uma característica ideológica de raiz.

Kim Jong-Un foi escolhido pelo seu pai como sucessor porque não existiam alternativas viáveis para o cargo.

Os líderes norte-coreanos sempre temeram uma sublevação das massas e dos militares, mesmo que estes não possuam margem de manobra para tal, e portanto criaram um sistema repressivo, extremamente eficaz, além do culto de personalidade em torno da dinastia dos Kim.

Um dos dois pilares do regime são precisamente os militares, sendo o outro o Partido Comunista da Coreia. No entanto, o apoio dos primeiros é condicional

e esperam, no mínimo, a manutenção dos seus privilégios.

Kim Jong-Un chegou ao poder em Dezembro de 2011, acumulando os títulos de Comandante Supremo do Exército da Coreia do Norte, de Primeiro-Secretário do Partido Comunista da Coreia, de Presidente do Comité Militar do Exército da Coreia e de Presidente da Comissão de Defesa Nacional, apenas por ser a única, logo melhor, escolha para a sobrevivência do regime. Concentrou todos os poderes na sua pessoa, seguindo a tradição familiar. Os seus apoiantes são ambíguos e, portanto, necessita de lhes agradecer, tal como Kim Jong-Il fez no passado, ao atribuir recursos económicos relevantes à elite militar e ao programa nuclear (Magalhães, 2013). É imperativo que as elites militares, um dos pilares do regime, mantenham a sua posição preponderante, desde que devidamente subordinadas ao poder do supremo líder.

Em relação à economia, Kim Jong-Un deverá mantê-la fechada e centralizada com pontuais actos de abertura. Existe o receio que uma eventual reforma e consequente abertura social leve à absorção do Norte pelo Sul, mesmo que tal acto revitalizasse a degradada economia norte-coreana.

Uma coisa é certa: as armas nucleares são e serão essenciais para Kim se afirmar, internamente, como líder.

Com a falta de credibilidade de Kim Jong-Un, este precisou de uma crise internacional para que se pudesse afirmar tanto a nível interno como internacional.

A nível interno existem duas instituições que possuem a capacidade de moldar e controlar o comportamento do líder, a saber: o Partido e as Forças Armadas.

Nestas duas instituições formaram-se duas facções:

- a) *As pombas* -> que preferem um desanuviamento com a Coreia do Sul e uma reforma moderada da economia;
- b) *Os falcões* -> que defendem a continuação da postura que o Norte sempre teve e até um possível confronto com a Coreia do Sul e seus aliados, os EUA.

Kim Jong-Un na sua frágil liderança ver-se-á fortemente limitado à satisfação de ambas as facções. Daí os anúncios de abertura, após se tornar líder, como o negócio com o Google e o desanuviamento com a Coreia do Sul e mais tarde os actos, principalmente o teste nuclear, que despoletaram a mais recente crise.

3.2 Estados Unidos da América (EUA)

A Coreia do Norte sempre foi um problema para os EUA após a Guerra da Coreia, sendo actualmente vista como relíquia do tempo da Guerra Fria.

Os EUA possuem alianças na região da Ásia-Pacífico, com a Coreia do Sul e Japão principalmente, importantes para a resolução do problema da proliferação nuclear norte-coreana e para a contenção chinesa.

A retirada de forças americanas do Afeganistão e Iraque, em 2014 e 2011

respectivamente, possibilitou uma maior atenção aos dois países que pretendem possuir armas nucleares, o Irão e a Coreia do Norte.

Com os confrontos no Médio Oriente e a crise de 2008, os EUA retraíram-se. Em vez de intervirem com forças armadas convencionais, Washington prefere fornecer apenas apoio logístico, político e meios militares aos seus aliados, para que estes possam intervir por sua própria conta. Verificou-se esta estratégia na intervenção da NATO na Líbia e da França no Mali. Também dão cada vez mais importância ao uso de veículos aéreos não tripulados - *drones* como os *Reapers* e *Predators* - como forma de combater forças terroristas no Iémen, Mali, Afeganistão, entre outros teatros de operações.

A República Popular da China poderá ser em breve a maior potência económica mundial. No entanto, só daqui a algumas décadas será a maior potência militar, se o vier a ser. Até lá, os norte-americanos manterão a sua hegemonia militar.

Este confronto entre estas duas potências está a agudizar-se com uma clara e progressiva deslocação dos interesses norte-americanos do Médio Oriente para a Ásia-Pacífico, região em que a RPC pretende ser e manter-se como principal potência regional. A administração Obama começou recentemente a aplicar um programa com vista a reforçar a presença militar, dar um novo alento às antigas alianças político-económicas e desenvolver a sua participação em fóruns multilaterais da região. Ora, para isto os EUA pretendem deslocar 60% dos meios da sua Marinha para a região até 2020. Como o país mantém actualmente a hegemonia mundial não se assistirá a uma transferência total do seu poderio militar para a região. No entanto, tal como já foi referido, o acréscimo de meios permanentes será significativo: quatro navios em Singapura, um contingente de Marines e aeronaves na Austrália e alguns submarinos nas Filipinas (Cunha, 2013).

Relembro que as relações diplomáticas entre os EUA e a RPC sempre foram conturbadas pela questão de Taiwan, desde 1949, independentemente da abertura diplomática em 1979. Taiwan poderá vir a ser, tal como sempre foi, um despoletar de tensão na região.

O estatuto da Coreia do Norte como potência nuclear irá obrigar os EUA a deslocar meios militares para cumprir as suas obrigações perante os seus aliados que, por sua vez, resultará num aumento da tensão regional, desagradando assim a RPC. Washington deseja manter a região estável enquanto durar a crise económico-financeira e procede com o “reajustamento”, ou seja, desejam manter o *status quo*.

3.3 República Popular da China (RPC)

A China deseja tornar-se na principal potência na região da Ásia-Pacífico evitando qualquer tipo de conflito bélico. Ao invés, pretende competir nos fóruns de cooperação multilateral, tanto económicos como de segurança, como o ASEAN

Regional Forum (ARF), a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA) e nas Conversações a 6 (*Six Party Talks*), entre outras (Tomé, 2013). Dito isto, a China pretende alcançar a estabilidade e manutenção do regime norte-coreano e do seu programa nuclear através da cooperação, principalmente com os EUA e seus aliados. Pretende que seja vista como líder regional responsável, trabalhando a favor da paz e da estabilidade e não como uma potência regional com interesses hegemónicos (Lemos, 2006)

O programa nuclear norte-coreano pode trazer numerosos problemas à região, mas é deveras importante como instrumento para manter a estabilidade e manutenção do regime, o que a China deseja com o receio de sérias consequências para si, como:

- a) a unificação, sobalçada do governo sul-coreano pró-EUA, que possibilitaria a transformação da península numa base estratégica norte-americana com a instalação de mísseis nucleares e de forças convencionais, visto a fronteira entre os dois países ser delimitada por dois rios, o Yalu e o Tumen. Estes encontram-se em estepes facilmente transpostas ofensivamente, ou seja, a CN actua como “estado tampão” para a China;
- b) Uma muito provável vaga de refugiados norte-coreanos que se dirigiria para território chinês, que por sua vez, desestabilizaria a zona fronteiriça chinesa resultando numa catástrofe humanitária (Rato e Pires de lima, 2008); e por fim,
- c) Fortes consequências económicas por já ter investido e continuar a fazê-lo no país, nomeadamente na zona fronteiriça.

É também importante referir os prós que advêm da reunificação da Coreia, a médio e longo prazo, como: o fim das armas nucleares norte-coreanas e das suas acções agressivas, que se repercutiriam em maior estabilidade regional. No entanto, o apoio ao regime norte-coreano continuará a ser constante enquanto estas premissas se mantiverem, mesmo que as relações entre os dois países sejam, por vezes, tensas. A Coreia do Norte, apesar de ser economicamente dependente, não é um vassalo da China tendo sabido retirar benefícios destes receios nos últimos anos.

A RPC, mesmo que não apoie o desenvolvimento do programa nuclear, está preparada para viver com uma Coreia do Norte nuclear na sua plenitude, caso o seu arsenal se mantenha limitado e não ameace directamente a segurança chinesa por serem Estados fronteiriços. Isto se não resultar numa corrida à nuclearização por parte de Taiwan, Coreia do Sul e Japão, nem numa crescente presença militar americana na região. Com a nuclearização norte-coreana é possível que Pequim perca influência junto de Pyongyang, em consequência da diminuição da dependência da última, face à primeira.

É preferível uma Coreia do Norte nuclear que a queda total do regime. Daí fornecer ajuda económica, indispensável à sobrevivência do regime, ao mesmo tempo que apoia um conjunto de recompensas e punições na arena internacional, como contingência à política nuclear de Pyongyang (Magalhães, 2013).

No entanto, com a liderança do novo líder norte-coreano as relações com a RPC foram abaladas por vários acontecimentos. Kim Jong-Un recebeu um convite para ir a Pequim e recusou, mas enviou altos representantes a Singapura, Indonésia, Laos, Vietname, entre outros, para atrair investimentos estrangeiros.

Em Maio desse ano, a marinha norte-coreana apresou um navio chinês, com 28 pescadores chineses que ficaram durante vários dias sob custódia norte-coreana. As relações entre a RPC e a CN foram severamente criticadas na blogosefera da primeira.

Mais tarde, em Dezembro de 2012, informou Washington do lançamento de um míssil, o *Unha-3/Unit 2*, e de um satélite, o *kwangmyeongseong-3/Unit 2*, antes mesmo de informar o seu maior e único aliado, a RPC. Enfureceu assim o seu apoiante, que respondeu com severas críticas às acções norte-coreanas e com a aprovação de uma resolução do CS a condenar o lançamento do míssil e do satélite, despoletando desta forma a crise mais recente.

Mas apesar das frustrações e receios, a RPC continua a apoiar economicamente a Coreia do Norte. Está a expandir o investimento nas zonas fronteiriças, muito por causa da necessidade de recursos naturais à sua produção nacional, contribuindo assim para dar sinais de prosperidade, apesar das fortes sanções impostas ao regime totalitário.

O contínuo apoio chinês a um país que viola repetidamente as resoluções do CS está a exacerbar o problema que afirmam querer evitar a todo o custo: uma possível corrida às armas e um incremento da presença norte-americana. Pequim continua a acreditar que a Coreia do Norte, desde que seja encorajada e recompensada, ainda pode aplicar reformas políticas e económicas que dêem estabilidade à península.

Ao longo dos anos, os EUA, Japão e Coreia do Sul têm-se dirigido aos chineses pedindo que intercedam junto dos norte-coreanos para que não façam nada de apressado nem de irreflectido.

No entanto, nos últimos meses, japoneses e chineses têm-se mostrado hostis ao ponto de terem travado uma guerra comercial por causa da disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku. Apesar deste conflito, os testes nucleares norte-coreanos criam a repetitiva dança diplomática em que americanos, sul-coreanos e japoneses pedem aos chineses para que intercedam junto dos norte-coreanos. Os chineses fizeram-no sempre até hoje com o intuito de manterem a estabilidade e a preservação do regime, mas também para que os países fiquem gratos e em dívida por se ter alcançado uma resolução pacífica para a crise. A RPC poderá vir, mais tarde, a exigir o retorno desses mesmos favores, no que se refere à resolução do litígio com os japoneses das ilhas, ou mesmo até face a Taiwan. Os EUA, a Coreia do Sul e o Japão correm o risco de ficarem limitados nas suas acções futuras, condicionamento que se deve evitar.

É difícil saber se os norte-coreanos e os chineses estarão a actuar de forma concertada, mas, como já foi dito, é visível um claro interesse chinês em estabilizar a Coreia do Norte, logo a região.

4. A recente crise

A mais recente crise na Península Coreana teve início a 12 de Dezembro de 2012 com o lançamento pela Coreia do Norte do míssil *Unha-3/Unit 2*, que transportava o satélite *Kwangmyeongseong-3/Unit 2*. Ao contrário de anteriores testes balísticos, este foi um sucesso. Surgiu o receio da Coreia do Norte ser capaz de miniaturizar um dispositivo nuclear num míssil balístico que, por sua vez, tornaria possível alcançar os países do Nordeste Asiático mas também os EUA (Magalhães, 2013).

Face a este perigo o Conselho de Segurança aprovou em Janeiro de 2013 a Resolução 2087, que condenou o uso de mísseis balísticos e consequente violação das Resoluções 1786 (2006) e 1874 (2009) pela Coreia do Norte. Também exigia ao país infractor “abandon all nuclear weapons and existing nuclear programs in a complete, verifiable and irreversible manner”, alertando, por fim, à não realização de mais nenhuns testes balísticos ou nucleares. O maior aliado da Coreia do Norte, a China, demonstrou disponibilidade para lhe impor punições limitadas (Magalhães, 2013). A Coreia do Norte respondeu com uma habitual retórica belicista e de confrontação ao anunciar a sua disposição em prosseguir com um novo teste nuclear num futuro próximo. Tal veio a acontecer a 12 de Fevereiro de 2013.

O novo teste nuclear foi, mais uma vez, condenado por unanimidade pelo CS com a Resolução 2094, de 7 de Março de 2013, que adoptou novas sanções financeiras e medidas de intensificação da vigilância fronteiriça e portuária para controlar a circulação de bens e mercadorias contra o regime norte-coreano. No entanto, os receios dos meses anteriores tomaram forma: a Coreia do Norte demonstrou que tinha capacidade de inserir dispositivos nucleares em mísseis balísticos, acrescentando ainda a passagem dos dispositivos de plutónio para os de urânio.

Poucas horas depois da aprovação da Resolução 2094O, o regime norte-coreano fez saber ao mundo que considerava nulos “todos os acordos de não-agressão entre o Norte e o Sul” (PÚBLICO, 10/03/2013), inclusive o chamado “telefone vermelho”, instalado em 1971. Para aumentar a tensão, estavam previamente marcadas manobras militares entre as forças armadas dos EUA e da Coreia do Sul, denominadas *Key Resolve*. Em consequência das sanções impostas pelo CS, o Tesouro dos EUA, seguindo a sua Estratégia Nacional para o Combate às Armas de Destruição Maciça, nomeadamente no âmbito da não-proliferação, decidiu avançar com novas sanções contra o Banco de Comércio Externo da Coreia do Norte e sobre os bens de Paek Se-Bong, responsável pela direcção do programa de fabrico de mísseis balísticos. O Tesouro afirmou categoricamente que “enquanto [a Coreia do Norte] não puser um travão nos seus programas bélicos, os Estados Unidos continuarão a trabalhar com os seus parceiros e aliados, para reforçar o regime de sanções” (PÚBLICO, 11/03/2013). As sanções financeiras têm como objectivo impedir o financiamento para os projectos militares tanto nucleares como de mísseis.

Como resposta às sanções norte-americanas, Kim Jong-Un iniciou a retórica belicista, que caracteriza as crises periódicas na península, ao tornar pública, através da agência estatal KCNA, a designação como primeiro “alvo” a ilha de *Baengnyeong*, caso se dessem hostilidades militares com a Coreia do Sul após ter denunciado o armistício de 1953 (PÚBLICO, 12/03/2013). Três dias depois das declarações de Kim Jong-Un, a KCNA e o *Rodong Sinmun*, o jornal oficial do Partido, foram alvo de um ataque informático que debilitou fortemente os respectivos meios de comunicação social (PÚBLICO, 15/03/2013). A Coreia do Norte atribuiu as responsabilidades aos EUA e à Coreia do Sul, na sua óptica os principais interessados em submeter ao silêncio a voz do povo coreano. Mantém-se ainda hoje a incógnita quanto aos verdadeiros responsáveis.

Face aos avanços nos programas nuclear e balístico do regime norte-coreano, Chuck Hagel, Secretário de Defesa, anunciou no dia 15 de Março que os EUA iriam reforçar as defesas antimíssil até 2017, ao colocarem 14 novos interceptores na Costa Oeste, somando aos 26 já em funcionamento no Alasca e na Califórnia. Também anunciou que iriam proceder à instalação de um segundo radar TPY-2 - dispositivo que detecta e segue a trajetória de mísseis intercontinentais - no Japão (PÚBLICO, 16/03/2013). Os EUA respondiam assim aos compromissos assumidos face aos seus aliados na região, quanto à ameaça norte-coreana. No entanto, para que estes compromissos fossem cumpridos, os EUA tiveram de desistir da quarta e última fase do sistema de defesa antimíssil na Europa, através da NATO. É mais um sinal da perda de importância da Europa na política externa norte-americana a favor da Ásia-Pacífico.

Esta crise coreana tem algumas particularidades quanto às anteriores, e uma delas é precisamente o uso da ciberguerra como instrumento para limitar o escalar da tensão, na medida em que são os meios de comunicação social uma das principais vias de comunicação entre os vários actores internacionais. Ora, como retaliação ao ataque informático aos meios de comunicação social norte-coreanos as estações televisivas sul-coreanas como a KBS, a MBC e a YTN, bem como os bancos *Shinhan* e *Nonghyup* foram vítimas de ataques de *hackers*. Apesar dos ataques, as estações televisivas e os bancos funcionaram dentro da normalidade (PÚBLICO, 20/03/2013).

A crise de *Yeonpyeong* em 2010, levou Washington e Seul a delinearem um acordo em que as suas cláusulas tornam obrigatório o envolvimento militar norte-americano, na eventualidade de qualquer provocação ou ataque norte-coreano. Este acordo define os termos em que as forças armadas norte-americanas se podem envolver, em guerra aberta e/ou acontecimentos isolados, e quais as acções proporcionais que podem tomar. Este, curiosamente, foi assinado em plena crise a 25 de Março pelos generais James D. Thurman (EUA) e Jung Seung-jo (Coreia do Sul). Este acordo, que tem como intuito funcionar principalmente como meio de dissuasão a futuras acções provocadoras da Coreia do Norte, é estritamente defensivo, tal como a deslocação de dispositivos antimíssil. Pode inserir-se na estratégia de limitar as acções da Coreia do Norte, sem se recorrer ao uso da

força. Tão importante como ter capacidade de usar a força é a disponibilidade em exercê-la. E para o demonstrar, os EUA realizaram voos com bombardeiros B-2, vindos de uma base no Missouri, que largaram munições fictícias numa ilha sul-coreana próxima de território norte-coreano (PÚBLICO, 26/03/2013).

Face a todos estes acontecimentos Kim Jong-Un não se poderia dar ao luxo de nada fazer, com receio de mostrar fraqueza perante o mundo, mas, principalmente, perante a própria elite do regime. Dito isto, o supremo líder decidiu divulgar, sempre através da agência de notícias estatal, que teria dado ordens às suas forças armadas, nomeadamente às unidades de rockets estratégicos e de artilharia de longo alcance definindo como alvos Guam, Hawai e território continental norte-americano, para entrarem em modo de combate (PÚBLICO, 26/03/2013). É duvidoso se os mísseis norte-coreanos - alguns nem chegaram a ser testados - terão capacidade para atingir território continental norte-americano, ao contrário do que acontece com Guam, Hawai, Coreia do Sul e Japão. No entanto, quando existe o verdadeiro intuito de praticar a guerra não se divulga quais os alvos nem quando serão lançadas as respectivas ofensivas. O segredo é o cerne do negócio. O que demonstra que as acções norte-coreanas têm apenas como objectivo retirar dividendos políticos e não militares. Como reforço à sua retórica Kim Jong-Un decidiu cortar a linha telefónica militar de urgência com a Coreia do Sul, à semelhança do que fez com o telefone vermelho semanas antes.

Com o escalar da crise, várias actores políticos internacionais como Fidel Castro, ex-Presidente de Cuba, Sergei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, e Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU, apelaram, ao longo da crise, à calma por parte dos vários intervenientes, mas principalmente a Kim Jong-Un. Um dos avisos que demonstram o perigo da escalada de tensões foi o de Lavrov, quando afirmou que “a situação pode ficar fora de controlo e está a caminhar para a espiral de um ciclo vicioso” e para que “todas as partes [...] não exercitem o seu músculo militar” (PÚBLICO, 29/03/2013).

Independentemente dos vários e repetidos apelos, o regime norte-coreano fez saber que estava a entrar em “estado de guerra” com a Coreia do Sul e que “a partir de agora, as relações entre as Coreias entram em estado de guerra e todos os assuntos entre as duas Coreias serão tratados de acordo com o protocolo de guerra” (PÚBLICO, 30/03/2013). No entanto, no terreno não se viu qualquer aplicação da retórica belicista.

No dia 1 de Abril de 2013 a facção dentro do regime norte-coreano que desejava um desanuviamento com a Coreia do Sul e uma reforma moderada da economia, as ditas pombas, é derrotada quando a Assembleia do Povo da Coreia do Norte, na sua sessão plenária anual, aprovou dar maior peso ao programa nuclear. No entanto, para aplacar o descontentamento desta facção, Kim Jong-Un nomeou como Primeiro-Ministro Pak Pong-ju, um perito económico de 74 anos que tinha sido afastado em 2007 quando tentou fazer uma reforma moderada da economia (PÚBLICO, 01/04/2013). Com a sua idade avançada é pouco provável que consiga aplicar a pretendida reforma. Na prática Kim Jong-Un demonstrou

que seguirá a estratégia dos seus antecessores, ou seja, relegar para segundo plano a economia face ao programa nuclear.

Em oposição às ameaças norte-coreanas, a Presidente sul-coreana, Park Geun-Hye, reuniu-se com o Ministro da Defesa sul-coreano, declarando no fim da reunião que o seu país deveria dar “uma resposta violenta e imediata sem quaisquer considerações de ordem política, se [o Norte] se aventurar numa provocação contra a nossa população”, quando caças norte-americanos Raptor F-22 chegaram no dia anterior à Coreia do Sul no âmbito dos exercícios militares entre os dois países (PÚBLICO, 01/04/2013). O Norte encarou essa deslocação de meios aéreos como mais uma demonstração e provocação do músculo militar norte-americano.

A Coreia do Norte face às prontas respostas de retaliação da Presidente sul-coreana decidiu responder com a intenção de reiniciar um reactor nuclear desactivado em 2007. Dava assim a entender que poderia vir a retomar o processo de enriquecimento de urânio para fins militares. Ora, segundo a agência AFP, com a reactivação deste reactor nuclear, o regime disporá de quantidade suficiente para vir a produzir mais de quatro bombas nucleares (PÚBLICO, 02/04/2013). Face a estas declarações, o Secretário da Defesa, Chuck Hagel, confirmou o envio de mais um sistema avançado antimíssil, o *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD), para a região, nomeadamente a ilha de Guam, por precaução.

Com a consequente escassez de alternativas de retaliação, por parte dos norte-coreanos às acções norte-americanas e sul-coreanas, Pyongyang decidiu fechar a 3 de Abril o complexo industrial intercoreano de Kaesong aos trabalhadores sul-coreanos (algumas centenas mantiveram-se a trabalhar lá por não terem saído) sem qualquer previsão de reabertura. Cinco dias depois do início do bloqueio o regime norte-coreano ameaçou retirar todos os seus trabalhadores (PÚBLICO, 04/04/2013). É importante reter que o complexo é o símbolo da cooperação entre as Coreias desde 2004. Aquando das várias crises coreanas, a infra-estrutura apenas foi encerrado durante um dia, em 2009, quando Pyongyang bloqueou o seu acesso, em protesto por manobras militares entre os EUA e a Coreia do Sul (PÚBLICO, 03/04/2013). O complexo de Kaesong é de extrema importância para o Norte, pois dá emprego a mais de 50 mil norte-coreanos bem como por ser uma das poucas fontes de divisas a que a Coreia do Norte tem acesso. É o respirar da frágil economia norte-coreana.

Com o fecho do complexo de Kaesong, símbolo da estabilidade e da cooperação entre as Coreias, e do alerta por Pyongyang da sua incapacidade de garantir a segurança das embaixadas a partir de 10 de Abril caso se desse um conflito armado, os EUA decidiram acrescentar à anterior precaução o envio de um *drone Global Hawk*, veículo aéreo não tripulado, para a base de Misawa, Japão, com o objectivo de recolher informações sobre quaisquer movimentações das forças armadas norte-coreanas, principalmente de unidades de rockets e de artilharia. Ora, estes receios tornaram-se realidade quando a agência sul-coreana *Yonhap* noticiou que Pyongyang teria colocado dois mísseis de médio alcance,

mísseis *Musudan* que nunca foram testados, na sua costa Este, ou seja, em posição para atingirem o Japão e Guam (PÚBLICO, 06/04/2013).

No mesmo dia, surgiram no *Washington Post* notícias de uma possível mudança de estratégia por parte de Washington “devido aos receios de que possa provocar inadvertidamente uma crise ainda mais grave” (PÚBLICO, 06/04/2013), ou seja, um confronto militar. Observou-se a mudança de postura quando a administração Obama decidiu cancelar, por receio de uma errada interpretação por Pyongyang, um teste de míssil balístico, o *Minuteman III*, que estava previamente agendado para essa semana na base da Força Aérea de Vandenberg, Califórnia (PÚBLICO, 07/04/2013).

Com a crescente escalada de tensão a China aumentou o tom de censura ao seu aliado, tendo o Presidente chinês, Xi Jinping, afirmado que nenhum país “devia ser autorizado a arrastar uma região e porventura todo o mundo para o caos para obter ganhos egoístas”, acrescentando depois que “a estabilidade na Ásia enfrenta agora novos desafios, numa altura em que questões delicadas continuam a emergir e ameaças à segurança, tradicionais e não tradicionais, existem” (PÚBLICO, 07/04/2013). É uma clara repreensão pública.

Mas Kim Jong-Un não aceitou a repreensão e como retaliação recomendou, com mais uma ameaça através da Comissão de Paz da Ásia-Pacífico, a retirada de empresas e turistas da Coreia do Sul por estar iminente uma guerra, além de que o Japão pagaria um “elevado preço” por seguir a política dos EUA. Com estas novas declarações, a somarem-se às recentes informações não confirmadas de Pyongyang pretender realizar um teste balístico, o Governo japonês decidiu instalar mais quatro mísseis *Patriot* na cidade de Tóquio, além dos já sistemas de interceptação instalados na ilha de Okinawa. Deu também autorização às forças militares de auto-defesa japonesas para destruírem qualquer míssil norte-coreano que represente uma ameaça para o país (PÚBLICO, 09/04/2013).

2012	12 de Dezembro de 2012	Lançamento míssil Unha-3/Unit 2.
2013	22 de Janeiro de 2013	Aprovação da Resolução 2087 pelo CS da ONU.
Despolotar da Crise	12 de Fevereiro de 2013	Realização de novo teste nuclear.
	7 de Março de 2013	Aprovação da Resolução 2094 pelo CS. Pyongyang anunciou nulos todos os acordos entre as duas Coreias.
	12 de Março de 2013	Kim Jong-Un anunciou como primeiro alvo em caso de guerra a ilha de Baengnyeong.
	15 de Março de 2013	A KCNA e o Rodong Simmun são vítimas de um ataque informático. Os EUA reforçaram as defesas antimíssil na Costa Oeste e no Japão.
	20 de Março de 2013	As estações televisivas sul-coreanas KBS, MBC e a YTN e os bancos Shinhan e Nonghyup foram vítimas de hackers..
	25 de Março de 2013	Assinatura do Acordo de Intervenção norte-americana entre os EUA e a Coreia do Sul
	26 de Março de 2013	Bombardeiros B-2 norte-americanos lançaram munições numa ilha sul-coreana próxima de território norte-coreano. Kim Jong-Un deu ordens às suas forças armadas para entrarem em modo de combate.
	31 de Março de 2013	Aterraram na Coreia do Sul dois caças norte-americanos Raptor F-22.
	1 de Abril de 2013	Sessão plenária da Assembleia do Povo da Coreia, onde se reafirmou a prossecução do programa nuclear.
	2 de Abril de 2013	Pyongyang decidiu reiniciar um reactor nuclear. Os EUA decidiram enviar mais um sistema antimíssil para a região, o THAAD.
3 de Abril de 2013	A Coreia do Norte anunciou o encerramento indeterminado de Kaesong.	
6 de Abril de 2013	Os EUA enviaram para uma base no Japão o drone Global Hawk, Pyongyang anunciou a sua incapacidade de garantir a segurança das embaixadas no seu território.	
7 de Abril de 2013	Os EUA decidiram adiar o teste do míssil balístico Minuteman III.	
9 de Abril de 2013	Kim Jong-Un recomendou a saída de empresas e turistas da Coreia do Sul por estar iminente uma guerra. O Governo japonês instalou mais 4 mísseis Patriot em Tóquio.	
13 de Abril de 2013	John Kerry dirigiu-se à China para apelar a um maior esforço de contenção à retórica de Pyongyang.	
14 de Abril de 2013	John Kerry dirigiu-se ao Japão para tranquilizar o seu aliado.	
15 de Abril de 2013	Primeiro dia de celebrações do 101º aniversário de Kim Il-Sung. Protestos nas ruas de Seul	
Desenrolar da Crise	18 de Abril de 2013	Pyongyang apresentou condições para retoma do diálogo.
	25 de Abril de 2013	Seul propôs ao Norte a abertura de conversações formais sobre Kaesong.
Desanuiamento em prol das negociações	28 de Maio de 2013	A coreia do Norte convidou empresários a visitarem Kaesong.
	16 de Junho de 2013	Pyongyang propôs a abertura de negociações ao mais alto nível com os EUA impondo condições.

As informações não confirmadas foram corroboradas numa declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-coreano, Yun Byung-se, quando afirmou que a Coreia do Norte se estava a preparar para lançar um míssil *Musudan* a qualquer momento. Rapidamente surgiram condenações e até ameaças de consequências, como a dos países do G8 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia), a qualquer futuro teste balístico norte-coreano. No entanto, paralelo a estas condenações e ameaças, os EUA e a Coreia do Sul em declarações oficiais sugeriram que um futuro teste balístico norte-coreano não seria motivo para alarme, desde que não representasse uma ameaça directa aos dois países (PÚBLICO, 11/04/2013). Estas declarações foram de encontro à mudança de estratégia dos EUA em prol do desanuviamento da tensão como se pôde constatar quando Park Geun-hye, Presidente sul-coreana, afirmou que era importante “ouvir o que a Coreia do Norte pensa” frisando também que Pyongyang deve respeitar as Resoluções do CS e “abandonar as suas ambições nucleares” (PÚBLICO, 12/04/2013). A Coreia do Sul estendia assim a mão ao diálogo com a Coreia do Norte.

Ao mesmo tempo que se iniciou o caminho para futuras negociações entre o Norte e o Sul John Kerry, Secretário de Estado norte-americano, dirigiu-se à China para apelar a uma maior influência chinesa quanto à retórica belicista norte-coreana que, no seu entender, ameaçam a paz e a estabilidade na região. O objectivo era que a China contribuísse para que Pyongyang aceitasse sentar-se à mesa das negociações, pondo de parte o seu discurso agressivo. No entanto, Kerry não obteve sucesso para que Pequim adoptasse uma nova e mais resoluta posição na resolução da crise e tal ficou patente aquando da declaração de Li Keqiang, Primeiro-Ministro chinês, sublinhando que “todas as partes são responsáveis pela manutenção da paz e da estabilidade na região e por todas as consequências” (PÚBLICO, 13/04/2013). Nos dias a seguir à visita à China, John Kerry dirigiu-se ao Japão, numa viagem já previamente acordada, onde afirmou que os EUA fariam tudo “o que for necessário” para defender o Japão e a Coreia do Sul e que a actual opção norte-americana era a via da negociação. No entanto, não pôs de lado o uso da força como prova a seguinte afirmação: “não podemos permitir que a Coreia do Norte possua armas nucleares, seja de que forma for” (PÚBLICO, 14/04/2013).

Esperava-se que o dia 15 de Abril, primeiro dia de celebrações do 101º aniversário de Kim Il-Sung, fosse o clímax da crise na península com novas ameaças ou discursos inflamados. Mas apesar das expectativas não vieram provocações do Norte. Ao invés, foi do Sul que a situação se agravou com protestos nas ruas de Seul e a queima de várias efigies do pai fundador da nação e do seu filho, Kim Jong-Il. Pyongyang exigiu um pedido de desculpas público por parte de Seul (PÚBLICO, 16/04/2013), mas sem sucesso.

Perante a mudança de estratégia de Washington e o apelo e abertura ao diálogo por Seul, a Coreia do Norte apresentou como condições para o diálogo ser retomado o fim das sanções impostas pela ONU, um pedido de desculpas da

Coreia do Sul e, por último, o fim das manobras militares conjuntas entre os dois países (PÚBLICO, 18/04/2013). As ameaças de uso da força foram gradualmente substituídas pela via da negociação.

As aproximações através do diálogo foram-se seguindo, pondo de lado qualquer retórica inflamada ou possível uso da força, até se atingir uma relativa calma na região.

Seul propôs a Pyongyang a abertura de conversações formais sobre Kaesong, fechado desde início de Abril, sob ameaça de “medidas sérias” em caso de recusa dando, também, um prazo de 24 horas para o Norte responder. (PÚBLICO, 25/04/2013). Pyongyang não respondeu, pois tal transmitiria a imagem de ter sido coergido, e como represália o Governo sul-coreano apelou ao regresso de todos os seus cidadãos que ainda se mantinham no complexo industrial. Pareceu a ruptura definitiva entre as Coreias relativo a Kaesong. No entanto, passado um mês, o regime norte-coreano avançou com uma iniciativa, através da Comissão para a Reunificação Pacífica da Coreia, para a visita de empresários sul-coreanos e de um eventual “fornecimento de produtos do complexo industrial” (PÚBLICO, 28/05/2013).

Com o desanuviar gradual da tensão, Pyongyang propôs, através da Comissão de Defesa Nacional, a 16 de Junho a abertura de negociações ao mais alto nível com os EUA para assegurar a paz e estabilidade na Península Coreana, após ter cancelado um encontro com a Coreia do Sul. Apesar destes avanços pela via pacífica, a Comissão impôs condições para se iniciarem as conversações: 1) Pyongyang conservará o estatuto de potência nuclear e 2) os EUA não poderão exigir quaisquer condições, podendo apenas definir a data e o local (PÚBLICO, 16/06/2013).

Com a adopção da postura negocial como forma para a resolução da recente crise, pode-se dar esta como terminada. Assistiu-se mais uma vez à estratégia norte-coreana. O *status quo* mantém-se na região. Esta não resolução para a crise satisfaz os interesses dos vários actores que interviram. Poderemos esperar mais crises semelhantes que irão pôr à prova a hegemonia norte-americana bem como a posição dos restantes actores na balança de poder na região, principalmente a da República Popular da China.

Bibliografia

- Magalhães, Nuno Santiago de (2006). “Coreia do Norte, Anarquia e Poder Nuclear”. *Relações Internacionais* nº 10, pp. 85-105.
- Magalhães, Nuno Santiago de (2011). *Portugal, as Nações Unidas e a Coreia do Norte Nuclear*. Occasional Paper nº 51. Lisboa: IPRI-UNL
- Magalhães, Nuno Santiago de (2013). “Nuclear Strategy and Leadership Change in North Korea: Old Soju in a New Bottle”. *Nação e Defesa* nº 134, pp. 223-246. Lisboa: IDN.

- Tomé, Luís (2013). "A Arquitectura de Segurança na Ásia-Pacífico". Nação e Defesa nº 134, pp. 21-42. Lisboa: IDN.
- Gaspar, Carlos (2013). "Conflitos, Convergências e Crises". Nação e Defesa nº 134, pp. 104-132. Lisboa: IDN.
- Cunha, Luís (2013). "O Império da Periferia Marítima". Nação e Defesa nº 134, pp. 185-205. Lisboa: IDN.
- Gompert, David C. (2013). "North Korea: Preparing for the End". Survival: Global Politics and Strategy June-July 2013, vol. 55. nº 3. pp. 21-46.
- Reis, Alexandre Rodrigues (2007). "As Novas Ameaças: a Proliferação de Armas de Destrução Maciça". Negócios Estrangeiros nº 10. pp. 251-273.
- Lemos, Tiago (2006). As Estratégias Norte-Americanas de Contenção da Proliferação Nuclear. Occasional Paper nº 10. Lisboa: IPRI-UNL
- Friedman, George (2013). "Ferocious, Weak and Crazy". Stratfor: Global Intelligence. Disponível em <http://www.stratfor.com/weekly/ferocious-weak-and-crazy-north-korean-strategy>.
- Friedman, George (2013). "Considering a Departure in North Korea's Strategy". Stratfor: Global Intelligence. Disponível em <http://www.stratfor.com/weekly/considering-departure-north-koreas-strategy>
- Rato e Pires de Lima, Vasco e Bernardo (2008). "A Nuclearização da Coreia do Norte: da Sustentabilidade do Regime à Ameaça de Proliferação". Nação e Defesa nº 119. pp. 179-198. Lisboa: IDN.
- PÚBLICO (2013). "Ameaças e grandes manobras são esperadas na Península Coreana esta semana", 10 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/ameacas-e-grandes-manobras-sao-esperadas-na-peninsula-coreana-esta-semana-1587249>.
- PÚBLICO (2013). "Estados Unidos aprovam novas sanções contra a Coreia do Norte", 11 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/estados-unidos-aprovam-novas-sancoes-contra-a-coreia-do-norte-1587406>.
- PÚBLICO (2013). "Kim Jong-un identificou o primeiro alvo de um possível ataque contra a Coreia do Sul", 12 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/kim-jongun-identificou-o-primeiro-alvo-de-um-possivel-ataque-contra-a-coreia-do-sul-1587461>.
- PÚBLICO (2013). "Coreia do Norte acusa EUA e "marionetas" da Coreia do Sul de lançarem ataque informático", 15 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-norte-acusa-eua-e-marionetas-da-coreia-do-sul-de-lancarem-ataque-informatico-1587876>.
- PÚBLICO (2013). "EUA reforçam defesa antimíssil para responder à ameaça coreana", 16 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/eua-reforcam-defesa-antimissil-para-responder-a-ameaca-coreana-1588024>.
- PÚBLICO (2013). "Coreia do Sul investiga ataque informático", 20 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-sul-investiga-ataque-informatico-1588425#/0>.

- PÚBLICO (2013). "Exército da Coreia do Norte posiciona-se para o combate com os EUA e o Sul", 26 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/exercito-da-coreia-do-norte-posicionase-para-o-combate-com-os-eua-e-o-sul-1589150>.
- PÚBLICO (2013). "Rússia pede calma aos EUA e à Coreia do Norte antes que a situação se descontrole", 29 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/russia-pede-calma-aos-eua-e-a-coreia-do-norte-1589536>.
- PÚBLICO (2013). "Coreia do Norte em "estado de guerra" com a Coreia do Sul", 30 de Março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/a-tensao-na-coreia-pode-levar-a-uma-guerra-que-envolva-os-eua-1589619>.
- PÚBLICO (2013). "EUA não vêem acções a acompanhar a retórica da Coreia do Norte", 1 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/eua-nao-veem-accoes-a-acompanhar-a-retorica-da-coreia-do-norte-1589798>.
- PÚBLICO (2013). "Coreia do Norte anuncia reactivação de reactor nuclear", 2 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-norte-anuncia-reactivacao-de-reactor-nuclear-1589845>.
- PÚBLICO (2013). "Coreia do Norte impede acesso de trabalhadores do Sul a complexo industrial intercoreano", 3 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-norte-impede-acesso-de-trabalhadores-do-sul-a-complexo-intercoreano-1589960>.
- PÚBLICO (2013). "Coreia do Norte ameaça encerrar Kaesong e promete "esmagar" americanos", 4 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-norte-ameaca-encerrar-kaesong-1590101>.
- PÚBLICO (2013). "Coreia do Norte não garante segurança das embaixadas em caso de guerra", 6 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-norte-desloca-misseis-mas-eua-querem-moderar-a-sua-postura-agressiva-1590357>.
- PÚBLICO (2013). "China avisa Coreia de que "não tolerará" um conflito, EUA adiam teste de míssil para apaziguar tensões", 7 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/jornal/china-avisa-que-nao-tolerara-conflito-eua-adiam-teste-26345133>.
- PÚBLICO (2013). "Um ultranacionalismo assente na superioridade racial", 7 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/jornal/um-ultranacionalismo-assente-na-superioridade-racial-26336410>.
- PÚBLICO (2013). "Pyongyang aconselha estrangeiros a saírem da Coreia do Sul", 9 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/pyongyang-aconselha-evacuacao-japao-prepara-defesa-antimisseis-1590641>.
- PÚBLICO (2013). "G8 promete "medidas significativas" se a Coreia do Norte lançar mais mísseis", 11 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/jornal/g8-promete-medidas-significativas-se-a-coreia-do-norte-lancar-mais-misseis-26367507>.
- PÚBLICO (2013). "Coreia do Sul abre portas ao diálogo com o Norte", 12 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-sul>

- abre-portas-ao-dialogo-com-o-norte-1591110.
- PÚBLICO (2013). “Kerry queria mais, mas China continua a dividir culpas pela tensão na Coreia”, 13 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/kerry-queria-mais-mas-china-continua-a-dividir-culpas-pela-tensao-na-coreia-1591183>.
- PÚBLICO (2013). “Kerry quer solução pacífica na Coreia, mas promete proteger os seus aliados”, 14 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/kerry-quer-solucao-pacifica-na-coreia-mas-promete-protoger-os-seus-aliados-1591257>.
- PÚBLICO (2013). “Coreia do Norte exige desculpas do Sul e recusa oferta de diálogo”, 16 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/jornal/coreia-do-norte-exige-desculpas-do-sul-e-recusa-oferta-de-dialogo-26393041>.
- PÚBLICO (2013). “Coreia do Norte exige fim das sanções da ONU e pedido de desculpas do Sul”, 18 de Abril. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-norte-exige-fim-das-sancoes-da-onu-e-pedido-de-desculpas-do-sul-1591696>.